

## NAS COMEMORAÇÕES DO 25 DE NOVEMBRO

# UTILIZAR A TOTALIDADE DOS SEUS PODERES PARA QUE AS INSTITUIÇÕES SIRVAM EFECTIVAMENTE O POVO

—determinação expressa por Ramalho Eanes



Foto de JOSÉ ANTUNES

Pág. 3

## LETRAS E ARTES

Com a colaboração de treze autores portugueses

- Vamos falar de heróis? — por Maria Estela Almeida Guedes
- O chapéu de palha de Noilde — por Vitorino Nemésio
- Onde se fala da Okrana — por Luiz Pacheco, ilustração de Celeste Costa
- Uma obra sobre Imprensa Regional — por José-Augusto França
- A Comuna de 1871 — por Licínio Barradas
- Gazeta Literária
- Agualela Rústica — por Antunes da Silva
- Ave desasada — por Maria Ondina Braga
- Daquí — poema de Lourenço da Silva Sequeira
- O pão não cai do céu — romance de José Rodrigues Miguéis, ilustrações de Luís Filipe de Abreu

Destacável

## O «CABAZ DE COMPRAS»

(AINDA VAZIO)

### VAI CUSTAR

### 5 MILHÕES DE CONTOS

NA notícia sobre o Plano e Orçamento do Estado para 1977 falamos do chamado «cabaz de compras», das despesas militares e projectos de o Governo conter os consumos, os preços e os salários.

Pág. 7

dp especial

**Eleições  
para  
as Autarquias**

O P.P.D./P.S.D.

EM MESA-REDONDA

DEFINE

O SEU CONCEITO

DE PODER LOCAL

Destacável

## DEPUTADOS DOS CINCO PARTIDOS REPRESENTADOS NA A. R.

## DEPÕEM SOBRE O JULGAMENTO DO PIDE QUE MATOU DIAS COELHO

Pág. 6

# Eleições para as Autarquias



# PPD-PSD EM MESA-REDONDA

**C**IENTES da grande importância que terão para a consolidação da democracia em Portugal as próximas eleições para as autarquias locais, o «D. P.» inicia hoje a publicação diária de um desdobrável dedicado a esse importante acto cívico. Fielis à independência que nos tem norteado e que representa, antes de mais, um tributo à confiança de todos os nossos leitores, ouvimos, sobre o assunto, todos os partidos e frentes eleitorais, com a consciência de que desta forma estaremos a contribuir para um melhor esclarecimento do eleitorado e, nomeadamente, dos nossos leitores.

Durante os próximos dias, as eleições, o País, os eleitores, os partidos políticos e as frentes eleitorais merecerão a nossa melhor atenção. Daremos a conhecer a posição particular dos candidatos, apresentaremos quadros explicativos e estatísticos das candidaturas e do eleitorado, e terminaremos a primeira fase desta informação com um levantamento geopolítico do País nesta fase pré-eleitoral.

Inscribe-se dentro desta perspectiva o trabalho que hoje apresentamos, com o Partido Social Democrata, segundo partido nacional em conformidade com os resultados das primeiras eleições livres

realizadas em Portugal, e que se apresenta nestas apostado em «oferecer ao eleitorado a resposta aos seus mais profundos anseios», tendo como base o seu ideal social-democrata. O P. S. D. aposta na eficiência e honestidade bem como no conhecimento que os seus candidatos têm dos problemas locais, e não pretende seguir, durante a campanha eleitoral, uma estratégia virada prioritariamente para a politização e muito menos que revista aspectos de plebiscito ao Governo. Neste momento, encontra-se a desenvolver um trabalho de análise e fístagem dos problemas locais, aos quais irá dedicar a sua maior atenção.

Os social-democratas, que não concorrem em 39 concelhos, nos distritos de Beja, Bragança, Évora, Guarda, Portalegre, Santarém e Setúbal, abrangendo 307 148 votantes, dos quais 27 419 (8,9 por cento) votaram P. S. D. em Abril, estão preocupados com a inexistência, até este momento, de um estatuto financeiro das autarquias locais e têm ideias assentes sobre essa matéria, bem como do que, na sua perspectiva, deve ser um verdadeiro Poder local. Desejam ver criadas rapidamente as regiões administrativas e encontrar uma forma de

normalizar a gestão dos executivos dos grandes centros populacionais, sobretudo Porto e Lisboa, entre outros aspectos no que respeita à definição de uma política habitacional. Debruçam-se, ainda, sobre a criação de um novo Código Administrativo e estão especialmente interessados em que se erigisse legislação relativamente aos órgãos populares de base.

Lamentam, por outro lado, que a lei estabeleça o princípio da representação proporcional pura, nos executivos locais, o que, na sua opinião, poderá levar a uma polarização partidária dos novos órgãos, e que não especifique claramente a sua estrutura, competências e modo de funcionamento, dirigindo ainda algumas críticas aos outros partidos, seus principais adversários nestas eleições.

Todas estas ideias, que sinteticamente deixámos transcritas, foram desenvolvidas na mesa-redonda que promovemos com Helena Roseta (candidata à presidência da Câmara Municipal de Lisboa), Moura Guedes (candidato à Assembleia Municipal de Torres Vedras) e José Alves Martins (candidato à freguesia de S. Jorge de Arroios) e que apresentamos de seguida.

## «A SOCIAL-DEMOCRACIA AO SERVIÇO DO PODER LOCAL»

**D. P.** — Gostaria de começar por lhes perguntar quais serão as bases políticas em que irá assentar a campanha eleitoral do P. S. D. e qual a estratégia de fundo que irá tentar seguir nestas eleições...

**Moura Guedes** — Pensamos primeiro que tudo que tem de ser uma campanha fundamentalmente descentralizada. Não procuraremos impor modelos rígidos a nível central e deixamos uma margem de liberdade muito grande aos meios locais, na escolha dos seus candidatos e na escolha da própria temática central da campanha, que vão fazer a nível das freguesias e do concelho.

O P. S. D. está fundamentalmente empenhado em fazer uma campanha que gire à volta da criação de órgãos, eficientes e competentes. A nossa primeira preocupação, portanto, é constituir listas com base neste critério da competência para o desempenho das funções. Não estamos, portanto, preocupados em politizar excessivamente esta campanha e em obter a todo o transe vantagens partidárias.

Os nossos candidatos é que vão fazer o diagnóstico das necessidades locais mais sentidas pelas populações e as suas maiores carências, a nível local, girando, a campanha eleitoral à volta disso.

**D. P.** — Pelo facto de me dizer que não pretendem politizar muito a campanha, pode presumir-se que vai ser olvidada a importância que estas eleições irão ter em termos políticos globais, podendo mesmo vir a revestir-se de uma certa incidência relativamente ao Governo.

**M. Guedes** — Penso que esta campanha não tem esse objectivo, nem lhe pode ser dada uma ideia de plebiscito ao Governo. Isso seria desfocar completamente a sua realidade.

Também não penso que os resultados desta campanha eleitoral, sejam eles quais forem, influam, directamente, como factor decisivo, em qualquer reformulação do poder político central. Até porque o Partido Socialista perdeu outras eleições antes destas, nomeadamente as eleições regionais nos Açores e na Madeira, e parece-me, por isso, uma perspectiva errada en-

cará-las nessa óptica, ou seja procurar legitimar um poder central minoritário através de quaisquer resultados eventuais destas eleições.

**Helena Roseta** — Eu queria só acrescentar aqui algumas notas, que me parecem importantes, em relação às consequências desta campanha. Em primeiro lugar, a ideia de que ela poderia ser um plebiscito do

Governo Central, foi lançada pelo primeiro-ministro, já há alguns meses. E seria bom que ele esclarecesse qual é a sua ideia nesta matéria.

Nós nunca defendemos isso, porque entendemos que esta campanha deverá ser exactamente para o poder local e nunca para o poder central. As coisas têm os seus objectivos definidos e não devemos estar a

trocar-lhes as voltas. Em segundo lugar, a reformulação do poder político central, depende muito mais da eficácia ou ineficácia do actual poder central, do que propriamente do resultado das eleições. O que se tem provado é que este Governo não tem sido eficaz. E isso é que exige uma reformulação. Os resultados das eleições são para constituir os órgãos do poder

local e pôr de parte toda uma forma de assalto ao poder que foi uso e abuso neste país, em relação ao poder local, desde o 25 de Abril.

**D. P.** — Seja como for o primeiro-ministro também referiu que estas eleições poderiam dar a tónica sobre a confiança ou desconfiança do povo português no Governo Socialista, o que poderá vir a obrigar, naturalmente, o P. S. D., como segundo partido nacional, a tomar em atenção esses resultados...

**H. Roseta** — Certamente que os tomaremos em atenção, mas quem tem, em primeiro lugar, de zelar pela competência e eficácia do Governo é o Parlamento, bem como o Presidente da República. Portanto, é a nível do Parlamento e do Presidente da República que o problema se vai pôr.

### Definir bases programáticas e listar necessidades

**D. P.** — Postas as coisas neste pé de que forma é que pensam fazer o esclarecimento eleitoral junto das populações?

**M. Guedes** — Em coerência com esse princípio, isso vai assumir formas e expressões muito diferentes de concelho para concelho e de freguesia para freguesia. Serão os próprios candidatos e os próprios meios locais que vão encontrar essas formas de contacto e de expressão que estejam adequadas ao tipo de meio concreto em que vivem. No entanto, penso que serão indispensáveis sessões de apresentação de candidatos e de programas.

Neste momento, os nossos candidatos estão precisamente a procurar fazer a listagem das necessidades locais mais sentidas.

(Continua na pág. seguinte)



Alves Martins, Helena Roseta e Moura Guedes, expõem ao «D. P.» as grandes linhas da presença do P. P. D. / P. S. D. nas eleições para as autarquias locais

dp especial Eleições para as Autarquias

«HÁ QUE DEVOLVER ÀS POPULAÇÕES A CAPACIDADE PARA DEFINIR OS SEUS INTERESSES»

(Continuação da pág. anterior)
veis e prioritárias, para, então, elaborarem programas, tal se- ria detalhado, porque tal se- ria impossível neste espaço de tempo, mas, pelo menos, pro- curar definir bases programá- ticas e uma listagem das priori- dades.

H. Roseta — Quería acres- centar que em relação às bases programáticas e aos programas (alguns sítios o trabalho está já concluído e outros está em curso), há um problema que se levanta à partida. É o de não sabermos qual vai ser o estado- tuato financeiro das autarquias locais e quais as disponibilidades com que poderemos contar para elaborar um programa de actividades.

Evidentemente, que isto é um problema de fundo e o nosso partido pensa avançar com qualquer coisa sendo na Assembleia da República, pois sem uma reformulação completa do estatuto financeiro das autarquias, sem uma maior autonomia financeira e sem um acesso a um mínimo de fundos, é impossível pôr em prática quaisquer programas. E quan- to mais ousados eles forem,

Poder local como elemento da estrutura do Estado

D. P. — Gostaria de saber o que significa na vossa pers- pectiva, o poder local...

H. Roseta — Posso dar-lhe a definição constante do pro- grama de Governo do P. S. D., como uma definição mais ou menos oficial. Para nós, o po- der local é concebido como uma forma de devolver às popula- ções a capacidade para definir e prosseguir os seus interesses específicos e concretos. E, sen- do isso, é um elemento funda- mental da estrutura do Esta- do democrático instituído pela Constituição.

D. P. — E, portanto, é com base nisso que vão promover a vossa campanha junto das po- pulações...

M. Guedes — Exacto. Anti- gamente, como se sabe, não existia poder local. Existia um aparelho local, ao serviço do po-

pior. Como diz o povo, quem muito promete a muito falta.
Alves Martins — Entendo que neste aspecto devem ser aproveitadas as experiências já realizadas, com muitos efeitos positivos. Por exemplo, sei que em França as autarquias locais, a nível de freguesia, têm um sistema de contribuições pró- prias, pelo que certas taxas fi- ciais retidas na freguesia, o que permite, a esse nível, realizar certos trabalhos, indo ao en- contro dos anseios mais pre- miosos da comunidade.

H. Roseta — Isto para nós é tanto mais importante quan- to somos um partido social-de- mocrata, isto é, se nós tivésse- mos uma ideologia diferente, não nos chocaria nada servimo- nos desta campanha para fazer qualquer espécie de políti- ca, para fazermos promes- sas, muitas vezes demagógicas, como é corrente fazerem os par- tidos da extrema esquerda.

H. Roseta — Tem exacta- mente o mesmo significado da tentativa de colagem do P. C. P. ao P. S., de tentar tirar os seus votos a outros, que lhes permitam constituir um bloco maior. A maioria de esquerda, no caso do J. C. P. representa uma tentativa semelhante; aos 14 por cento do P. C. P., so- mavam-se os 35 do P. S., pa- ra chegar à maioria. Neste ca- so, é uma coisa muito seme- lhante.

E evidente que a nós, até em termos de contabilidade eleitoral poderia ser favorável essa soma num ou noutro ca- so, mas na maioria dos casos era favorável ao C. D. S. Ago- ra, o problema que se punha era o seguinte: se, efectiva- mente se nós tíssemos para uma coligação com o C. D. S. nestas eleições teríamos o país dividido em dois, pois, neces- sariamente, o P. S. se ligaria ao P. C. P. E contra isso tem- mos lutado desde o princípio. Aliás, o nosso partido tem uma posição-chave, ao evitar que este país se divida em dois, quer ao nível do Parlamento, consti- tuindo dois blocos, quer ao nível geográfico, constituindo duas zonas. E isso seria uma tragédia para este país, pois nunca mais nos entenderiamos. E, portanto, tivemos de evitar esse caminho que poderia dar lucros ao C. D. S. para

der central e isto influa em to- da a dinâmica das populações. O próprio presidente da Câmara era um delegado do poder central, junto dos meios locais. É uma óptica inteiramente dife- rente. Portanto, é preciso que as pessoas tenham essa cons- ciência, porque, no fundo, ain- da estão situadas, por inércia, dentro da óptica anterior.

H. Roseta — Penso que po- demos invocar, até como Partido Social Democrata, a nossa lú- ta nestes dois anos pelo poder local, designada e concretamente, no caso das Ilhas. Fomos o partido que mais se bateu por uma autonomia efectiva desses dois arquipélagos, o que viria a conduzir a resultados concre- tos, expressos segundo a vonta- de das populações. Para nós, trata-se de um ponto concreto e não apenas teórico e que temos provado conseguir levar à prá- tica sempre que possível.

O C. D. S. fala em liberdade em vez de socialismo

D. P. — Isso pressupõe um certo optimismo. Optimismo que se pode encontrar, por exemplo, no C. D. S., que irá basear a sua campanha na re- pulação pelo socialismo...

H. Roseta — O C. D. S. tem feito, a meu ver, um erro, que é o de copiar as palavras de ordem dos partidos congéneres europeus, para o caso portu- guês. Designadamente, no ano passado, a célebre palavra de ordem «Alternativa 76» era ri- gorosamente a mesma do C. D. U. e do C. S. U. para as eleições alemãs. Este ano, a palavra de ordem do C. D. U. era diferen- te, pois era «Liberdade em vez de socialismo». Evidentemente, que o C. D. S. não pode aplicar essa palavra de ordem tal qual, porque seria colocar-se em contradição com a Consti- tuição e, portanto, faz uma pequena adaptação e diz que é uma alternativa ao socialismo, uma alternativa parcial ao so-

De resto, curiosamente, o C. D. S. deveria não esquecer que no seu projecto de Constitui- ção defendia o socialismo em Portugal...

M. Guedes — Eu só queria acrescentar uma coisa. Creio que o C. D. S. está perfeita- mente desfofado deste proble- ma da criação do poder local e que não tem condições, em re- lação à sua mentalidade e às suas estruturas humanas de

Não quisemos partir o País em dois

D. P. — Na vossa posição, co- mo é que entendem a tentati- va de colagem do C. D. S., ao P. S. D., nas presentes eleições, no propósito de se constituírem «frente» ou, pelo menos, se agregarem...

H. Roseta — Tem exacta- mente o mesmo significado da tentativa de colagem do P. C. P. ao P. S., de tentar tirar os seus votos a outros, que lhes permitam constituir um bloco maior. A maioria de esquerda, no caso do J. C. P. representa uma tentativa semelhante; aos 14 por cento do P. C. P., so- mavam-se os 35 do P. S., pa- ra chegar à maioria. Neste ca- so, é uma coisa muito seme- lhante.

E evidente que a nós, até em termos de contabilidade eleitoral poderia ser favorável essa soma num ou noutro ca- so, mas na maioria dos casos era favorável ao C. D. S. Ago- ra, o problema que se punha era o seguinte: se, efectiva- mente se nós tíssemos para uma coligação com o C. D. S. nestas eleições teríamos o país dividido em dois, pois, neces- sariamente, o P. S. se ligaria ao P. C. P. E contra isso tem- mos lutado desde o princípio. Aliás, o nosso partido tem uma posição-chave, ao evitar que este país se divida em dois, quer ao nível do Parlamento, consti- tuindo dois blocos, quer ao nível geográfico, constituindo duas zonas. E isso seria uma tragédia para este país, pois nunca mais nos entenderiamos. E, portanto, tivemos de evitar esse caminho que poderia dar lucros ao C. D. S. para

der central e isto influa em to- da a dinâmica das populações. O próprio presidente da Câmara era um delegado do poder central, junto dos meios locais. É uma óptica inteiramente dife- rente. Portanto, é preciso que as pessoas tenham essa cons- ciência, porque, no fundo, ain- da estão situadas, por inércia, dentro da óptica anterior.

H. Roseta — Penso que po- demos invocar, até como Partido Social Democrata, a nossa lú- ta nestes dois anos pelo poder local, designada e concretamente, no caso das Ilhas. Fomos o partido que mais se bateu por uma autonomia efectiva desses dois arquipélagos, o que viria a conduzir a resultados concre- tos, expressos segundo a vonta- de das populações. Para nós, trata-se de um ponto concreto e não apenas teórico e que temos provado conseguir levar à prá- tica sempre que possível.

A necessidade de um estatuto financeiro

D. P. — Como lhes parece então que deve ser definido esse estatuto financeiro?

H. Roseta — Fundamental- mente, é um problema de des- centralização de autonomia fi- nanceira aos vários níveis das autarquias locais, ou seja a possibilidade de se proceder à retenção de fundos ao nível mesmo da própria junta de freguesia, fundamentalmente ao nível das Câmaras Municipais, assim como a possibili- dade de também, por via fiscal, equilibrar o orçamento das várias Câmaras, pois acun- to que há Câmaras, mais perto umas das outras, mas com particularidades fiscais muito diferentes e, portanto, desequilíbrios orçamentais gran- des, tanto mais que as neces- sidades também variam...

M. Guedes — Acrescentaria a isto, concretizando um pouco mais, que me parece que se pode adiantar um critério, que é o de não poder ser uma taxa fixa para todos os conce- lhos, em relação aos impostos directos, que determine a par- te que deve ficar retida em cada concelho. Os rendimentos

de uma política de aproxima- ção entre as autarquias, que é também um elemento cor- rectivo. Igualmente se prevê a possibilidade de as próprias autarquias intervirem na es- pecificação dos projectos públi- cos que o Governo central ou entidades de hierarquia superi- or defendem para aquela área.

A. Martins — Quería aqui abrir um parêntese para re- ferir que há uma coisa no nosso país que é verdadeirame- nte escandalosa, que é o desvio de fundos relativamente a certas freguesias que se sabe que são produtivas, para vilas, sedes de concelho que se passam a comportar como ri- os, mas sem se avaliar de onde é que lhes vêm os fun- dos, as contribuições indo até buscá-las a lugares de gran- des carências.

M. Guedes — Acho que tem toda a razão e, como ele- mento do arco rural, queria salienta um aspecto: como é que até aqui têm sido feitos os melhoramentos nas aldeias? Pois, pedese às populações que contribuíam voluntaria- mente com metade de seu custo e depois, o Estado dá a outra parte. Ora isto é perfei- tamente ilegítimo, porque as pessoas não são tesouras dos novos impostos e pesadíssimos contribuintes por isso, duas vezes. Em Lisboa, por exem- plo, isso não acontece, por- tão se ir pedir às popula- ções de um bairro ou de uma zona de famílias mas freguesia para contribuir com metade da despesa de uma obra que é feita.

Esta situação cria uma si- tuação de desigualdade extre- mamente grande entre as po- pulações rurais e as popula- ções urbanas.

Há uma tradição, que vem de antes do 25 de Abril, de as grandes cidades serem em- bora de grande especulação e depois do 25 de Abril isso não foi totalmente arredado, con- tinuando a verificar-se casos de falta de moralização financeira e julgo que esse é um ponto que para os candidatos a es- tes órgãos é extremamente im- portante, porque, efectivamente, nós social-democratas não es- tamos dispostos a que as Câ- maras Municipais, designa- mente sendo eleitas, possam portar em qualquer tipo de especulações, sejam elas no se- rvice de grupos financeiros ou de pseudocapitalismo de Estado.

M. Guedes — Acho que tem toda a razão e, como ele- mento do arco rural, queria salienta um aspecto: como é que até aqui têm sido feitos os melhoramentos nas aldeias? Pois, pedese às populações que contribuíam voluntaria- mente com metade de seu custo e depois, o Estado dá a outra parte. Ora isto é perfei- tamente ilegítimo, porque as pessoas não são tesouras dos novos impostos e pesadíssimos contribuintes por isso, duas vezes. Em Lisboa, por exem- plo, isso não acontece, por- tão se ir pedir às popula- ções de um bairro ou de uma zona de famílias mas freguesia para contribuir com metade da despesa de uma obra que é feita.

Esta situação cria uma si- tuação de desigualdade extre- mamente grande entre as po- pulações rurais e as popula- ções urbanas.

Há uma tradição, que vem de antes do 25 de Abril, de as grandes cidades serem em- bora de grande especulação e depois do 25 de Abril isso não foi totalmente arredado, con- tinuando a verificar-se casos de falta de moralização financeira e julgo que esse é um ponto que para os candidatos a es- tes órgãos é extremamente im- portante, porque, efectivamente, nós social-democratas não es- tamos dispostos a que as Câ- maras Municipais, designa- mente sendo eleitas, possam portar em qualquer tipo de especulações, sejam elas no se- rvice de grupos financeiros ou de pseudocapitalismo de Estado.

M. Guedes — Acho que tem toda a razão e, como ele- mento do arco rural, queria salienta um aspecto: como é que até aqui têm sido feitos os melhoramentos nas aldeias? Pois, pedese às populações que contribuíam voluntaria- mente com metade de seu custo e depois, o Estado dá a outra parte. Ora isto é perfei- tamente ilegítimo, porque as pessoas não são tesouras dos novos impostos e pesadíssimos contribuintes por isso, duas vezes. Em Lisboa, por exem- plo, isso não acontece, por- tão se ir pedir às popula- ções de um bairro ou de uma zona de famílias mas freguesia para contribuir com metade da despesa de uma obra que é feita.

Esta situação cria uma si- tuação de desigualdade extre- mamente grande entre as po- pulações rurais e as popula- ções urbanas.

Há uma tradição, que vem de antes do 25 de Abril, de as grandes cidades serem em- bora de grande especulação e depois do 25 de Abril isso não foi totalmente arredado, con- tinuando a verificar-se casos de falta de moralização financeira e julgo que esse é um ponto que para os candidatos a es- tes órgãos é extremamente im- portante, porque, efectivamente, nós social-democratas não es- tamos dispostos a que as Câ- maras Municipais, designa- mente sendo eleitas, possam portar em qualquer tipo de especulações, sejam elas no se- rvice de grupos financeiros ou de pseudocapitalismo de Estado.

M. Guedes — Acho que tem toda a razão e, como ele- mento do arco rural, queria salienta um aspecto: como é que até aqui têm sido feitos os melhoramentos nas aldeias? Pois, pedese às populações que contribuíam voluntaria- mente com metade de seu custo e depois, o Estado dá a outra parte. Ora isto é perfei- tamente ilegítimo, porque as pessoas não são tesouras dos novos impostos e pesadíssimos contribuintes por isso, duas vezes. Em Lisboa, por exem- plo, isso não acontece, por- tão se ir pedir às popula- ções de um bairro ou de uma zona de famílias mas freguesia para contribuir com metade da despesa de uma obra que é feita.

Esta situação cria uma si- tuação de desigualdade extre- mamente grande entre as po- pulações rurais e as popula- ções urbanas.

de uma política de aproxima- ção entre as autarquias, que é também um elemento cor- rectivo. Igualmente se prevê a possibilidade de as próprias autarquias intervirem na es- pecificação dos projectos públi- cos que o Governo central ou entidades de hierarquia superi- or defendem para aquela área.

A. Martins — Quería aqui abrir um parêntese para re- ferir que há uma coisa no nosso país que é verdadeirame- nte escandalosa, que é o desvio de fundos relativamente a certas freguesias que se sabe que são produtivas, para vilas, sedes de concelho que se passam a comportar como ri- os, mas sem se avaliar de onde é que lhes vêm os fun- dos, as contribuições indo até buscá-las a lugares de gran- des carências.

M. Guedes — Acho que tem toda a razão e, como ele- mento do arco rural, queria salienta um aspecto: como é que até aqui têm sido feitos os melhoramentos nas aldeias? Pois, pedese às populações que contribuíam voluntaria- mente com metade de seu custo e depois, o Estado dá a outra parte. Ora isto é perfei- tamente ilegítimo, porque as pessoas não são tesouras dos novos impostos e pesadíssimos contribuintes por isso, duas vezes. Em Lisboa, por exem- plo, isso não acontece, por- tão se ir pedir às popula- ções de um bairro ou de uma zona de famílias mas freguesia para contribuir com metade da despesa de uma obra que é feita.

Esta situação cria uma si- tuação de desigualdade extre- mamente grande entre as po- pulações rurais e as popula- ções urbanas.

Há uma tradição, que vem de antes do 25 de Abril, de as grandes cidades serem em- bora de grande especulação e depois do 25 de Abril isso não foi totalmente arredado, con- tinuando a verificar-se casos de falta de moralização financeira e julgo que esse é um ponto que para os candidatos a es- tes órgãos é extremamente im- portante, porque, efectivamente, nós social-democratas não es- tamos dispostos a que as Câ- maras Municipais, designa- mente sendo eleitas, possam portar em qualquer tipo de especulações, sejam elas no se- rvice de grupos financeiros ou de pseudocapitalismo de Estado.

M. Guedes — Acho que tem toda a razão e, como ele- mento do arco rural, queria salienta um aspecto: como é que até aqui têm sido feitos os melhoramentos nas aldeias? Pois, pedese às populações que contribuíam voluntaria- mente com metade de seu custo e depois, o Estado dá a outra parte. Ora isto é perfei- tamente ilegítimo, porque as pessoas não são tesouras dos novos impostos e pesadíssimos contribuintes por isso, duas vezes. Em Lisboa, por exem- plo, isso não acontece, por- tão se ir pedir às popula- ções de um bairro ou de uma zona de famílias mas freguesia para contribuir com metade da despesa de uma obra que é feita.

Esta situação cria uma si- tuação de desigualdade extre- mamente grande entre as po- pulações rurais e as popula- ções urbanas.

Há uma tradição, que vem de antes do 25 de Abril, de as grandes cidades serem em- bora de grande especulação e depois do 25 de Abril isso não foi totalmente arredado, con- tinuando a verificar-se casos de falta de moralização financeira e julgo que esse é um ponto que para os candidatos a es- tes órgãos é extremamente im- portante, porque, efectivamente, nós social-democratas não es- tamos dispostos a que as Câ- maras Municipais, designa- mente sendo eleitas, possam portar em qualquer tipo de especulações, sejam elas no se- rvice de grupos financeiros ou de pseudocapitalismo de Estado.

M. Guedes — Acho que tem toda a razão e, como ele- mento do arco rural, queria salienta um aspecto: como é que até aqui têm sido feitos os melhoramentos nas aldeias? Pois, pedese às populações que contribuíam voluntaria- mente com metade de seu custo e depois, o Estado dá a outra parte. Ora isto é perfei- tamente ilegítimo, porque as pessoas não são tesouras dos novos impostos e pesadíssimos contribuintes por isso, duas vezes. Em Lisboa, por exem- plo, isso não acontece, por- tão se ir pedir às popula- ções de um bairro ou de uma zona de famílias mas freguesia para contribuir com metade da despesa de uma obra que é feita.

Esta situação cria uma si- tuação de desigualdade extre- mamente grande entre as po- pulações rurais e as popula- ções urbanas.

Há uma tradição, que vem de antes do 25 de Abril, de as grandes cidades serem em- bora de grande especulação e depois do 25 de Abril isso não foi totalmente arredado, con- tinuando a verificar-se casos de falta de moralização financeira e julgo que esse é um ponto que para os candidatos a es- tes órgãos é extremamente im- portante, porque, efectivamente, nós social-democratas não es- tamos dispostos a que as Câ- maras Municipais, designa- mente sendo eleitas, possam portar em qualquer tipo de especulações, sejam elas no se- rvice de grupos financeiros ou de pseudocapitalismo de Estado.

M. Guedes — Acho que tem toda a razão e, como ele- mento do arco rural, queria salienta um aspecto: como é que até aqui têm sido feitos os melhoramentos nas aldeias? Pois, pedese às populações que contribuíam voluntaria- mente com metade de seu custo e depois, o Estado dá a outra parte. Ora isto é perfei- tamente ilegítimo, porque as pessoas não são tesouras dos novos impostos e pesadíssimos contribuintes por isso, duas vezes. Em Lisboa, por exem- plo, isso não acontece, por- tão se ir pedir às popula- ções de um bairro ou de uma zona de famílias mas freguesia para contribuir com metade da despesa de uma obra que é feita.

Esta situação cria uma si- tuação de desigualdade extre- mamente grande entre as po- pulações rurais e as popula- ções urbanas.

de uma política de aproxima- ção entre as autarquias, que é também um elemento cor- rectivo. Igualmente se prevê a possibilidade de as próprias autarquias intervirem na es- pecificação dos projectos públi- cos que o Governo central ou entidades de hierarquia superi- or defendem para aquela área.

A. Martins — Quería aqui abrir um parêntese para re- ferir que há uma coisa no nosso país que é verdadeirame- nte escandalosa, que é o desvio de fundos relativamente a certas freguesias que se sabe que são produtivas, para vilas, sedes de concelho que se passam a comportar como ri- os, mas sem se avaliar de onde é que lhes vêm os fun- dos, as contribuições indo até buscá-las a lugares de gran- des carências.

M. Guedes — Acho que tem toda a razão e, como ele- mento do arco rural, queria salienta um aspecto: como é que até aqui têm sido feitos os melhoramentos nas aldeias? Pois, pedese às populações que contribuíam voluntaria- mente com metade de seu custo e depois, o Estado dá a outra parte. Ora isto é perfei- tamente ilegítimo, porque as pessoas não são tesouras dos novos impostos e pesadíssimos contribuintes por isso, duas vezes. Em Lisboa, por exem- plo, isso não acontece, por- tão se ir pedir às popula- ções de um bairro ou de uma zona de famílias mas freguesia para contribuir com metade da despesa de uma obra que é feita.

Esta situação cria uma si- tuação de desigualdade extre- mamente grande entre as po- pulações rurais e as popula- ções urbanas.

Há uma tradição, que vem de antes do 25 de Abril, de as grandes cidades serem em- bora de grande especulação e depois do 25 de Abril isso não foi totalmente arredado, con- tinuando a verificar-se casos de falta de moralização financeira e julgo que esse é um ponto que para os candidatos a es- tes órgãos é extremamente im- portante, porque, efectivamente, nós social-democratas não es- tamos dispostos a que as Câ- maras Municipais, designa- mente sendo eleitas, possam portar em qualquer tipo de especulações, sejam elas no se- rvice de grupos financeiros ou de pseudocapitalismo de Estado.

M. Guedes — Acho que tem toda a razão e, como ele- mento do arco rural, queria salienta um aspecto: como é que até aqui têm sido feitos os melhoramentos nas aldeias? Pois, pedese às populações que contribuíam voluntaria- mente com metade de seu custo e depois, o Estado dá a outra parte. Ora isto é perfei- tamente ilegítimo, porque as pessoas não são tesouras dos novos impostos e pesadíssimos contribuintes por isso, duas vezes. Em Lisboa, por exem- plo, isso não acontece, por- tão se ir pedir às popula- ções de um bairro ou de uma zona de famílias mas freguesia para contribuir com metade da despesa de uma obra que é feita.

Esta situação cria uma si- tuação de desigualdade extre- mamente grande entre as po- pulações rurais e as popula- ções urbanas.

Há uma tradição, que vem de antes do 25 de Abril, de as grandes cidades serem em- bora de grande especulação e depois do 25 de Abril isso não foi totalmente arredado, con- tinuando a verificar-se casos de falta de moralização financeira e julgo que esse é um ponto que para os candidatos a es- tes órgãos é extremamente im- portante, porque, efectivamente, nós social-democratas não es- tamos dispostos a que as Câ- maras Municipais, designa- mente sendo eleitas, possam portar em qualquer tipo de especulações, sejam elas no se- rvice de grupos financeiros ou de pseudocapitalismo de Estado.

M. Guedes — Acho que tem toda a razão e, como ele- mento do arco rural, queria salienta um aspecto: como é que até aqui têm sido feitos os melhoramentos nas aldeias? Pois, pedese às populações que contribuíam voluntaria- mente com metade de seu custo e depois, o Estado dá a outra parte. Ora isto é perfei- tamente ilegítimo, porque as pessoas não são tesouras dos novos impostos e pesadíssimos contribuintes por isso, duas vezes. Em Lisboa, por exem- plo, isso não acontece, por- tão se ir pedir às popula- ções de um bairro ou de uma zona de famílias mas freguesia para contribuir com metade da despesa de uma obra que é feita.

Esta situação cria uma si- tuação de desigualdade extre- mamente grande entre as po- pulações rurais e as popula- ções urbanas.

Há uma tradição, que vem de antes do 25 de Abril, de as grandes cidades serem em- bora de grande especulação e depois do 25 de Abril isso não foi totalmente arredado, con- tinuando a verificar-se casos de falta de moralização financeira e julgo que esse é um ponto que para os candidatos a es- tes órgãos é extremamente im- portante, porque, efectivamente, nós social-democratas não es- tamos dispostos a que as Câ- maras Municipais, designa- mente sendo eleitas, possam portar em qualquer tipo de especulações, sejam elas no se- rvice de grupos financeiros ou de pseudocapitalismo de Estado.

M. Guedes — Acho que tem toda a razão e, como ele- mento do arco rural, queria salienta um aspecto: como é que até aqui têm sido feitos os melhoramentos nas aldeias? Pois, pedese às populações que contribuíam voluntaria- mente com metade de seu custo e depois, o Estado dá a outra parte. Ora isto é perfei- tamente ilegítimo, porque as pessoas não são tesouras dos novos impostos e pesadíssimos contribuintes por isso, duas vezes. Em Lisboa, por exem- plo, isso não acontece, por- tão se ir pedir às popula- ções de um bairro ou de uma zona de famílias mas freguesia para contribuir com metade da despesa de uma obra que é feita.

Esta situação cria uma si- tuação de desigualdade extre- mamente grande entre as po- pulações rurais e as popula- ções urbanas.

de uma política de aproxima- ção entre as autarquias, que é também um elemento cor- rectivo. Igualmente se prevê a possibilidade de as próprias autarquias intervirem na es- pecificação dos projectos públi- cos que o Governo central ou entidades de hierarquia superi- or defendem para aquela área.

A. Martins — Quería aqui abrir um parêntese para re- ferir que há uma coisa no nosso país que é verdadeirame- nte escandalosa, que é o desvio de fundos relativamente a certas freguesias que se sabe que são produtivas, para vilas, sedes de concelho que se passam a comportar como ri- os, mas sem se avaliar de onde é que lhes vêm os fun- dos, as contribuições indo até buscá-las a lugares de gran- des carências.

M. Guedes — Acho que tem toda a razão e, como ele- mento do arco rural, queria salienta um aspecto: como é que até aqui têm sido feitos os melhoramentos nas aldeias? Pois, pedese às populações que contribuíam voluntaria- mente com metade de seu custo e depois, o Estado dá a outra parte. Ora isto é perfei- tamente ilegítimo, porque as pessoas não são tesouras dos novos impostos e pesadíssimos contribuintes por isso, duas vezes. Em Lisboa, por exem- plo, isso não acontece, por- tão se ir pedir às popula- ções de um bairro ou de uma zona de famílias mas freguesia para contribuir com metade da despesa de uma obra que é feita.

Esta situação cria uma si- tuação de desigualdade extre- mamente grande entre as po- pulações rurais e as popula- ções urbanas.

Há uma tradição, que vem de antes do 25 de Abril, de as grandes cidades serem em- bora de grande especulação e depois do 25 de Abril isso não foi totalmente arredado, con- tinuando a verificar-se casos de falta de moralização financeira e julgo que esse é um ponto que para os candidatos a es- tes órgãos é extremamente im- portante, porque, efectivamente, nós social-democratas não es- tamos dispostos a que as Câ- maras Municipais, designa- mente sendo eleitas, possam portar em qualquer tipo de especulações, sejam elas no se- rvice de grupos financeiros ou de pseudocapitalismo de Estado.

M. Guedes — Acho que tem toda a razão e, como ele- mento do arco rural, queria salienta um aspecto: como é que até aqui têm sido feitos os melhoramentos nas aldeias? Pois, pedese às populações que contribuíam voluntaria- mente com metade de seu custo e depois, o Estado dá a outra parte. Ora isto é perfei- tamente ilegítimo, porque as pessoas não são tesouras dos novos impostos e pesadíssimos contribuintes por isso, duas vezes. Em Lisboa, por exem- plo, isso não acontece, por- tão se ir pedir às popula- ções de um bairro ou de uma zona de famílias mas freguesia para contribuir com metade da despesa de uma obra que é feita.

Esta situação cria uma si- tuação de desigualdade extre- mamente grande entre as po- pulações rurais e as popula- ções urbanas.

Há uma tradição, que vem de antes do 25 de Abril, de as grandes cidades serem em- bora de grande especulação e depois do 25 de Abril isso não foi totalmente arredado, con- tinuando a verificar-se casos de falta de moralização financeira e julgo que esse é um ponto que para os candidatos a es- tes órgãos é extremamente im- portante, porque, efectivamente, nós social-democratas não es- tamos dispostos a que as Câ- maras Municipais, designa- mente sendo eleitas, possam portar em qualquer tipo de especulações, sejam elas no se- rvice de grupos financeiros ou de pseudocapitalismo de Estado.

M. Guedes — Acho que tem toda a razão e, como ele- mento do arco rural, queria salienta um aspecto: como é que até aqui têm sido feitos os melhoramentos nas aldeias? Pois, pedese às populações que contribuíam voluntaria- mente com metade de seu custo e depois, o Estado dá a outra parte. Ora isto é perfei- tamente ilegítimo, porque as pessoas não são tesouras dos novos impostos e pesadíssimos contribuintes por isso, duas vezes. Em Lisboa, por exem- plo, isso não acontece, por- tão se ir pedir às popula- ções de um bairro ou de uma zona de famílias mas freguesia para contribuir com metade da despesa de uma obra que é feita.

Esta situação cria uma si- tuação de desigualdade extre- mamente grande entre as po- pulações rurais e as popula- ções urbanas.

Há uma tradição, que vem de antes do 25 de Abril, de as grandes cidades serem em- bora de grande especulação e depois do 25 de Abril isso não foi totalmente arredado, con- tinuando a verificar-se casos de falta de moralização financeira e julgo que esse é um ponto que para os candidatos a es- tes órgãos é extremamente im- portante, porque, efectivamente, nós social-democratas não es- tamos dispostos a que as Câ- maras Municipais, designa- mente sendo eleitas, possam portar em qualquer tipo de especulações, sejam elas no se- rvice de grupos financeiros ou de pseudocapitalismo de Estado.

M. Guedes — Acho que tem toda a razão e, como ele- mento do arco rural, queria salienta um aspecto: como é que até aqui têm sido feitos os melhoramentos nas aldeias? Pois, pedese às populações que contribuíam voluntaria- mente com metade de seu custo e depois, o Estado dá a outra parte. Ora isto é perfei- tamente ilegítimo, porque as pessoas não são tesouras dos novos impostos e pesadíssimos contribuintes por isso, duas vezes. Em Lisboa, por exem- plo, isso não acontece, por- tão se ir pedir às popula- ções de um bairro ou de uma zona de famílias mas freguesia para contribuir com metade da despesa de uma obra que é feita.

Esta situação cria uma si- tuação de desigualdade extre- mamente grande entre as po- pulações rurais e as popula- ções urbanas.

de uma política de aproxima- ção entre as autarquias, que é também um elemento cor- rectivo. Igualmente se prevê a possibilidade de as próprias autarquias intervirem na es- pecificação dos projectos públi- cos que o Governo central ou entidades de hierarquia superi- or defendem para aquela área.

A. Martins — Quería aqui abrir um parêntese para re- ferir que há uma coisa no nosso país que é verdadeirame- nte escandalosa, que é o desvio de fundos relativamente a certas freguesias que se sabe que são produtivas, para vilas, sedes de concelho que se passam a comportar como ri- os, mas sem se avaliar de onde é que lhes vêm os fun- dos, as contribuições indo até buscá-las a lugares de gran- des carências.

M. Guedes — Acho que tem toda a razão e, como ele- mento do arco rural, queria salienta um aspecto: como é que até aqui têm sido feitos os melhoramentos nas aldeias? Pois, pedese às populações que contribuíam voluntaria- mente com metade de seu custo e depois, o Estado dá a outra parte. Ora isto é perfei- tamente ilegítimo, porque as pessoas não são tesouras dos novos impostos e pesadíssimos contribuintes por isso, duas vezes. Em Lisboa, por exem- plo, isso não acontece, por- tão se ir pedir às popula- ções de um bairro ou de uma zona de famílias mas freguesia para contribuir com metade da despesa de uma obra que é feita.

Esta situação cria uma si- tuação de desigualdade extre- mamente grande entre as po- pulações rurais e as popula- ções urbanas.

Há uma tradição, que vem de antes do 25 de Abril, de as grandes cidades serem em- bora de grande especulação e depois do 25 de Abril isso não foi totalmente arredado, con- tinuando a verificar-se casos de falta de moralização financeira e julgo que esse é um ponto que para os candidatos a es- tes órgãos é extremamente im- portante, porque, efectivamente, nós social-democratas não es- tamos dispostos a que as Câ- maras Municipais, designa- mente sendo eleitas, possam portar em qualquer tipo de especulações, sejam elas no se- rvice de grupos financeiros ou de pseudocapitalismo de Estado.

M. Guedes — Acho que tem toda a razão e, como ele- mento do arco rural, queria salienta um aspecto: como é que até aqui têm sido feitos os melhoramentos nas aldeias? Pois, pedese às populações que contribuíam voluntaria- mente com metade de seu custo e depois, o Estado dá a outra parte. Ora isto é perfei- tamente ilegítimo, porque as pessoas não são tesouras dos novos impostos e pesadíssimos contribuintes por isso, duas vezes. Em Lisboa, por exem- plo, isso não acontece, por- tão se ir pedir às popula- ções de um bairro ou de uma zona de famílias mas freguesia para contribuir com metade da despesa de uma obra que é feita.

Esta situação cria uma si- tuação de desigualdade extre- mamente grande entre as po- pulações rurais e as popula- ções urbanas.

Há uma tradição, que vem de antes do 25 de Abril, de as grandes cidades serem em- bora de grande especulação e depois do 25 de Abril isso não foi totalmente arredado, con- tinuando a verificar-se casos de falta de moralização financeira e julgo que esse é um ponto que para os candidatos a es- tes órgãos é extremamente im- portante, porque, efectivamente, nós social-democratas não es- tamos dispostos a que as Câ- maras Municipais, designa- mente sendo eleitas, possam portar em qualquer tipo de especulações, sejam elas no se- rvice de grupos financeiros ou de pseudocapitalismo de Estado.

M. Guedes — Acho que tem toda a razão e, como ele- mento do arco rural, queria salienta um aspecto: como é que até aqui têm sido feitos os melhoramentos nas aldeias? Pois, pedese às populações que contribuíam voluntaria- mente com metade de seu custo e depois, o Estado dá a outra parte. Ora isto é perfei- tamente ilegítimo, porque as pessoas não são tesouras dos novos impostos e pesadíssimos contribuintes por isso, duas vezes. Em Lisboa, por exem- plo, isso não acontece, por- tão se ir pedir às popula- ções de um bairro ou de uma zona de famílias mas freguesia para contribuir com metade da despesa de uma obra que é feita.

Esta situação cria uma si- tuação de desigualdade extre- mamente grande entre as po- pulações rurais e as popula- ções urbanas.

Há uma tradição, que vem de antes do 25 de Abril, de as grandes cidades serem em- bora de grande especulação e depois do 25 de Abril isso não foi totalmente arredado, con- tinuando a verificar-se casos de falta de moralização financeira e julgo que esse é um ponto que para os candidatos a es- tes órgãos é extremamente im- portante, porque, efectivamente, nós social-democratas não es- tamos dispostos a que as Câ-

# GEOGRAFIA POLÍTICA

O gráfico que apresentamos nesta página, referente ao número de câmaras municipais, assembleias municipais e assembleias de freguesia em que o P.S.D. concorre, nos 22 distritos do País, indica-nos, antes de tudo, a existência de uma correspondência total (com uma excepção, num concelho do distrito de Santarém) entre o número de listas apresentadas nos executivos e nas assembleias municipais; por outro lado, e em função de razões explicadas noutra local, os sociais-democratas não se apresentam em 39 concelhos, a saber: Ajustrel, Alvíto, Barrancos, Beja, Cas-

tro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Serpa e Vidigueira no distrito de Beja; Alhândega da Fé, no distrito de Bragança; Arralolos, Borba, Estremoz, Moura, Mourão, Portel, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa no distrito de Évora; Celorico da Beira e Sabugal no distrito da Guarda; Arronches, Avis, Castelo de Vide, Crato, Fronteira, Gavião, Monforte e Nisa no distrito de Portalegre; Alpiarça, Golegã, Sardoal e Vila Nova da Barquinha no distrito de Santarém; e Alcochete, Barreiro, Moita e Sines no distrito de Setúbal. Segundo nos foi referido, e partindo de estudos publica-

dos, nomeadamente, no «The Political Consequences of Electoral Laws» («Consequências políticas das leis eleitorais»), a aplicação da média mais alta de Hondt, nestas eleições, proporcionaria ao P.S.P. nos concelhos em que não concorre, curiosos resultados: assim, o Partido, não apresentando listas em 39 concelhos, que abrangem 307 148 votantes, receberia o voto, em princípio, de 27 419 eleitores, o

que representa 8,9 por cento da população dos 214 concelhos em que o P.S.D. não concorre, e a 13,7 por cento da população dos 22 distritos em que o P.S.D. concorre. Em Al. Arronches, o P.S.D. não dá de a eleger 2 lugares; nos concelhos de Évora, entra zero a 5, caso o C.D.S. não concorresse; na Guarda 4 em Santarém 1; e nos restantes, nenhum.

Estas ausências nos concelhos têm alguma correspondência relativamente às freguesias, sendo curioso notar, por exemplo, que até em Lisboa o P.S.D. estará ausente em 9, apresentando-se a cem por cento apenas nas Ilhas, onde, como é sabido, se encontra na posição de partido maioritário, conseguindo de qualquer forma, cobrir 82,3 por cento de todo o eleitorado. Os distritos em que as suas ausências voltam a ser mais notórias dizem respeito a Beja, Évora, Portalegre e Setúbal, onde apresentam, respectivamente, 14, 18, 36 e 24 listas para um total de 91, 70, 79 e 53 freguesias. As perdas, em termos eleitorais, que daí poderão advir para o P.S.D. não andam, de qualquer forma, muito longe das que indicámos para os concelhos, muito embora sejam de estranhar os números referentes aos distritos de Bragança, Castelo Branco, Guarda e Santarém, sobretudo em relação aos primeiros, onde a inserção do Partido já começa a ser bastante sólida e onde os sociais-democratas, nas eleições para a Assembleia da República, obtiveram 33,7, 22,8, 25,7 e 19,5 por cento, respectivamente, dos votos do eleitorado local. Significativo, ainda, o facto de em Viseu, o distrito com maior número de freguesias com menos de 300 eleitores (287), o P.S.D. cobrir 89,8 por cento do eleitorado.

DISTRITO	N.º CONCOR.	N.º FREG. C/ + 300 ELEITORES	CAMARA MUNICIPAL		ASSEMBLEIA MUNICIPAL		ASSEMBLEIAS DE FREGUESIA		TOTAL DE CANDIDATURAS
			N.º LISTAS	%	N.º LISTAS	%	N.º LISTAS	%	
AVEIRO	19	190	19	100	19	100	180	94.7	2100
BEJA	14	91	3	21.4	3	21.4	14	15.0	170
BRAGA	13	408	13	100	13	100	354	86.7	3700
BRAGANÇA	12	153	11	91.6	11	91.6	120	78.4	800
C. BRANCO	11	148	11	100	11	100	117	79.0	1120
COIMBRA	17	173	17	100	17	100	151	87.2	1650
ÉVORA	14	70	5	35.7	5	35.7	18	25.7	210
FARO	16	71	16	100	16	100	60	84.5	760
GUARDA	14	168	12	85.7	12	85.7	96	57.1	870
LEIRIA	16	128	16	100	16	100	123	96.0	1420
LISBOA	14	183	14	100	14	100	174	95.0	2530
PORTALEGRE	15	79	7	46.5	7	46.6	36	45.5	480
PORTO	17	361	17	100	17	100	322	89.4	3500
SANTARÉM	21	161	17	80.9	18	85.7	125	77.6	1580
SETÚBAL	13	53	9	69.2	9	69.2	24	45.2	350
V. CASTELO	10	193	10	100	10	100	179	92.7	1720
VILA REAL	14	193	14	100	14	100	180	93.2	1820
VISEU	24	267	24	100	24	100	240	89.8	1870
ANGRA	5	38	5	100	5	100	38	100	220
HORTA	7	38	7	100	7	100	33	100	210
P. DELGADA	7	53	7	100	7	100	53	100	420
FUNCHAL	11	48	11	100	11	100	48	100	940
<b>TOTAL</b>	<b>304</b>	<b>3262</b>	<b>265</b>	<b>87.1</b>	<b>266</b>	<b>87.5</b>	<b>2685</b>	<b>82.3</b>	<b>28 440 + 1/3 36 970</b>

## O PODER LOCAL NA PERSPECTIVA DO P. P. D./P. S. D.

(Continuação da pág. anterior)  
 tonomia regional, eram pontos que o Partido Socialista não aceitava facilmente. Nós tivemos grandes discussões, quer a propósito dos Açores e da Ma-

### Necessidade do Conselho Municipal

D. P. — Antes de terminar, gostaria de passar à análise de duas questões: se por um lado, quanto ao funcionamento do executivo municipal, há interesse em avançar-se, desde já, com a definição do Conselho Municipal?

H. Roseta — Esse parece-me um ponto que é também uma grande lacuna deste Decreto e nós ficamos sem saber efectivamente para que serve o Conselho Municipal? Corresponde o risco de amanhã, uma vez depois das eleições efectuadas, estarem constituídas as assembleias, os órgãos executivos, e quando o órgão de apoio que é o conselho municipal não exista. Logo, é mais

deira, quer mesmo a propósito da regionalização a nível do Continente, em que a atitude do Partido Socialista foi uma atitude que nós chegámos mesmo a qualificar de jacobina.

um dos pilares de suporte do funcionamento do poder local que fica em branco. Pois há provavelmente razões para isto ainda não estar definido, mas, efectivamente, julgo que é um ponto para o qual se devia avançar com urgência e é um ponto que vai ser um ponto quente, porque prevê-se a participação do Conselho Municipal das várias organizações económicas, sociais, culturais e profissionais existentes na área e a forma como essa participação vai decorrer é extremamente importante para que o Conselho Municipal tenha algum papel efectivo. Pois, se efectivamente, vamos privilegiar determinadas associações em desprestígio de outras ou

vamos fazer do Conselho Municipal o cavalo de batalha a propósito, por exemplo a «Carta Aberta-Intersindical» ou outras coisas desse género, efectivamente, estamos a fazer uma luta que diz respeito a determinados partidos políticos mas não diz respeito aos interesses dos moradores. Este é um ponto quente, que vai ser certamente muito discutido mas que é um ponto essencial para que efectivamente todo o poder local funcione. Pessoalmente, julgo que é fundamental que o conselho municipal garanta um pluralismo real e efectivo de todas as organizações existentes na área. Portanto, que não se façam restrições de carácter político, que, por vezes, têm sido feitas noutros sectores do nosso país, mas que se dê efectiva representatividade a todas as organizações existentes na área. E isso vai levantar problemas, sobretudo, com as associações de moradores, porque são as que têm uma área residencial.

Há muitos casos em que determinamos comissões de moradores, por razões políticas ou por razões de prioridade no tempo, surgiram primeiro defendem o monopólio dos interesses dos moradores na área. Isto é um problema falso e nós entendemos que a associação de moradores será tanto mais eficaz quanto mais coesa ela for, relacionada com os moradores, mas temos que aceitar que, dentro do efectivo regime de liberdade de associação, possam aparecer várias comissões de moradores, atribuídas a áreas diferentes e, portanto, todas elas com uma determinada representatividade.

Prevejo que aqui se vá travar uma luta política forte. Portanto os partidos que dominam determinadas associações de moradores vão tentar evitar que outras associações de moradores com diferentes composições não possam aparecer nesse conselho municipal. E julgo que aí a população terá de estar alertada para que

effectivamente este conselho municipal seja representativo e não seja uma estrutura paralela para dar lugar àquelas que não tiveram votos pelas vias normais do município e da Junta de Freguesia. Para, no fundo, irem aparecer numa estrutura paralela e que nem é preciso que sejam votados.

D. P. — Como vê finalmente o P. S. D. a inserção das organizações populares de base?

H. Roseta — Nós defendemos comissões de moradores constituídas ao abrigo da liberdade de associação, que é uma das liberdades fundamentais garantidas pela Constituição, da independência em relação aos órgãos do poder local e da solidariedade activa que deve existir entre os cidadãos de um país, para construir aquilo que de positivo deve ser construído em cada circunstância.

A. Martins — Estou de acordo com o que foi dito pela

Helena Roseta e entendo que é positiva a acção das comissões de moradores, pelo trabalho desenvolvido, como tenho verificado pelo contacto profissional com populações de certos bairros, como o da Horta Nova e das Galinheiras, por exemplo.

Quando há uma certa orientação política, há sempre uma certa luta. Mas seria interessante que a sua acção se pudesse desenvolver fora desse clima partidário, no seu próprio interesse. Mas, infelizmente acabam por ser manobradas por uns tantos, acabando, na realidade por se transformar numa autêntica corteia de transmissão.

Falta igualmente um certo nível de cultura e de instrução geral para que os assuntos possam ser devidamente discutidos nos vários locais. No entanto, o papel das Juntas de Freguesia, desde que desenvolvam um trabalho positivo, também podem ser particularmente eficientes.